

Por uma abordagem materialista da cultura: intersecções entre mídias e violência

*Isaias Alves*¹

Resumo: Neste trabalho será realizada uma análise modesta acerca da relação entre cultura, mídia e violência. Utilizaremos uma abordagem materialista da cultura, ao contrário do viés idealista e culturalista. Nesse sentido, será realizado um breve estudo no qual destacaremos algumas características da cultura da mídia e, por conseguinte, seu papel enquanto aparelho ideológico do Estado.

Introdução

No presente texto delineado a seguir, realizaremos uma abordagem acerca da relação entre cultura, mídia e violência. Para isso, será utilizada uma abordagem materialista da cultura numa fuga às temáticas idealistas. A perspectiva teórica circunscreverá em torno de autores que pensam a referida problemática avessos ao culturalismo.

Nesse sentido, a violência no Brasil vem constantemente sendo exposta pela mídia de maneira bastante apelativa e conservadora o que contribui para sua naturalização e banalização. Além disso, o ideal mercadológico dos meios de comunicação nos quais são vendidas imagens e demais informações na maioria das vezes distorcidas e exageradas, contribui veementemente para a *cultura da violência*.

Analisaremos alguns autores que comentaram sobre esse contexto, tentando realizar as possíveis pontes entre os mesmos, haja vista a visível conexão de idéias entre eles. A principal “tarefa” deste trabalho é oferecer uma perspectiva

¹ Isaias Alves é mestrando do PPGSD - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. É professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da UFES e pesquisador do NEI - Núcleo de Estudos Indiciários, vinculado ao DCSO - UFES.

Histórica ao contrário de relatos fatalistas e a - históricos do Pós-modernismo. Traçaremos, então, um pequeno percurso em que analisaremos as relações entre cultura, mídia e violência, observando as possíveis permanências e continuidades nesse processo.

Cultura e mídia: uma perspectiva teórica

Como já exposto, diferente de um ângulo Romântico, analisaremos a cultura a partir dos conflitos a que está inserida. Por isso, *a priori* realizaremos neste item um percurso, não muito abrangente, acerca das idéias de autores como E. P. Thompson no que se refere à “cultura”, dentre outros. Por isso, utilizaremos algumas idéias presentes em seu livro “Costumes em comum”, onde expõe a interligação entre costumes e cultura.

Àquela época analisada pelo autor, a educação aos pobres era sinônimo de ameaça, a mesma era restrita aos que possuíam uma melhor situação financeira. Por isso, a alternativa vista pelas camadas sociais inferiores era a transmissão oral, onde os costumes estavam presentes de maneira significativa (Thompson, 1998). Segundo Thompson, muitos costumes sofriam certa “influência” por parte das pressões e protestos populares, o que reforça o seu caráter não conciliatório, num contexto dotado de relações de força.

Podemos dizer que àquele período histórico e até hoje, muitos direitos foram adquiridos e positivados sob a forma de Lei escrita seguindo os parâmetros dos costumes, ou seja, de acordo com o *Direito Consuetudinário*. Sendo que em alguns territórios, os costumes tinham e têm o mesmo peso da Lei escrita, positivada. Thompson explica que recorriam aos costumes quando se sentiam prejudicados por certa injustiça em se tratando de problemas no ofício ou ocupação daqueles trabalhadores. Assim, o “costume” no século XVIII tinha peso de privilégio ou direito, constituindo “a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado” (Thompson, 1998:16).

Nesse sentido, o referido autor discute e apresenta-se contrário às generalizações/universalizações em alusão ao termo “cultura popular”². De acordo com ele, o termo está repleto de um sentido ultraconsensual, típico de alguns antropólogos os quais vêem essa cultura como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Porém, segundo Thompson, uma cultura também abarca elementos conflitivos, ou seja, um “conjunto de diferentes recursos”, onde há trocas entre “o escrito e o oral”, o “dominante e o subordinado”, a “aldeia e a metrópole” e apenas a partir de pressões, conflitos, relações de força, caracterizam-se sob a forma de “sistema” (Thompson, 1998).

Pensar a cultura de forma a desistoricizá-la é cair em erro, pois ela possui uma permanência. Não podemos pensá-la enquanto algo não dialético e consensual, pois em seu âmago há “contradições sociais e culturais”, oposições que somente após um processo de “choque de contrários” traduz-se num significado comum. A cultura é algo que está enraizado na vida material e essa concepção é perdida. Termos como *cultura de empresa* devem ser postos de forma a contextualizá-los enquanto referentes a *comportamentos* o que não representa algo produzido de forma material, conflitiva e dotado de permanências.

Ao analisar a cultura plebéia, Thompson explica que é preciso considerar as *influências externas*. Tais influências contribuem significativamente para a sua caracterização sistemática enquanto uma cultura, pois nesse meio estão inseridos os conflitos e as oposições entre “plebeus e patrícios”, ou seja, todo um contexto de relações de força, resistência e manifestações de poder.

No estudo desses casos espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos de paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a

² Thompson é contrário ao uso generalizado do termo “cultura popular”, a não ser que se explicito o contexto histórico específico no qual está inserido.

“cultura popular” é situada no lugar material que lhe corresponde (Thompson, 1998: 17).

Para Thompson, a cultura popular é, paradoxalmente, tradicional e rebelde, pois não está sujeita a todas as limitações oferecidas e quase sempre resiste às imposições e inovações de caráter econômico que os “governantes comerciantes ou empregadores querem impor”, mas tudo em defesa dos *costumes* (Thompson, 1998: 19). Por outro lado, ainda que façam essas reivindicações, quando têm a intenção de legitimar seus protestos, há uma recorrência à concepção mais autoritária e paternalista de sociedade, aqui, o objetivo é defender seus interesses em voga.

Nesse sentido, embora Thompson critique o termo “cultura” num sentido ultraconsensual, admite que ao estudar a “cultura plebéia” poderia estar cometendo o mesmo erro e passível das mesmas críticas. Contudo, o autor chama a atenção para que não se ignore a extrema complexidade da palavra “cultura”, com todos os seus atributos e defende a necessidade de um estudo pormenorizado que explicita as suas diversas “nuances”, contextualizando e distinguindo-as com mais cuidado.

Em se tratando de cultura da mídia, Douglas Kellner em seu livro “A cultura da mídia”, trabalha com teorias e estudos culturais concernentes aos meios midiáticos. O autor destaca que as novas tecnologias em comunicação tornam mais fáceis as formas de controle social dotado de um caráter ideológico. Controle esse que, muitas vezes, por ser ideológico, é realizado de maneira sutil.

Ainda que Horkheimer e Adorno nos anos 1940 trabalhassem com a idéia de *indústria cultural*, tendo como base o cinema, o rádio, revistas, dentre outros, segundo Kellner, foi a partir do aparecimento da televisão, no Pós – Guerra, que a mídia ganhou esforços significantes no controle e dominação da cultura, na formação de indivíduos, enfim, em toda a vida em sociedade. Nesse

sentido, podemos afirmar que em termos historiográficos a chamada cultura da mídia é relativamente recente (Kellner, 2001).

Assim, com o advento dessas novas tecnologias de entretenimento a comercialização desses bens passou a ocorrer de maneira acelerada. Intensificou-se, pois, a concepção mercadológica da cultura e tal concepção faz com que a busca por audiência seja cada vez mais sensacionalista. Segundo o autor, a cultura da mídia transformou-se numa “força dominante de socialização”, em que a família, a escola, por exemplo, são substituídas pelas imagens transmitidas por programas televisivos.

Podemos dizer, outrossim, que a sociedade contemporânea é uma sociedade imagética, ou seja, a linguagem por meio de imagens cresce em ritmo acelerado nos últimos anos. Nessa lógica, há uma relativa imbricação entre a realidade e imagem sem possibilidades nítidas de distinção entre ambas. Nesse período de mudanças políticas, sociais e culturais, novas teorias se propuseram a explicá-las, foi assim que nos anos 1970 disseminou-se a idéia de que a modernidade ruiu e entraríamos, então, numa Era Pós-Moderna. Um contexto dotado de fragmentações e a presença marcante de imagens e novas tecnologias da informação.

O Paradigma Pós-Moderno pode ser *grosso modo*, definido como um movimento político que nega a idéia de totalidade, assumindo uma perspectiva relativista e niilista sem levar em consideração as particularidades e os processos históricos, e ocorre principalmente por meio do discurso sobre a realidade. Esse movimento político reduz o papel da História ao máximo nas relações sociais, descontextualizando o passado e trazendo-o ao presente na chamada “refilmagem dos clássicos”. Nesse sentido, retiram a obra de seu contexto histórico transferindo-a de um lugar para outro sem fazer mediações acabando por desistoricizá-la.

Por outro lado, no que se refere à ideologia e mídia, Kellner realiza algumas análises acerca do contexto em que, em sua concepção, ambas andam juntas, porém, não de forma factual, mas,

Uma arena de lutas que os grupos sociais rivais tentam usar com o fim de promover seus próprios programas e ideologias, ela mesma reproduz discursos políticos conflitantes, muitas vezes de maneira contraditória (...). As lutas concretas de cada sociedade são postas em cena nos textos da mídia, especialmente na mídia da indústria cultural cujos textos devem repercutir as preocupações do povo, e se quiserem ser populares e lucrativos (Kellner, 2001: 32).

Então, podemos dizer que a realidade já é invertida, a ideologia não é “arbitrária”, ou seja, são interesses de classe que cada qual defende. Mas, em se tratando de ideologia, a radicalização, a visão apocalíptica (segundo Humberto Eco) de Adorno teve um ponto positivo que foi abrir uma discussão acerca da manipulação realizada pelos meios midiáticos.

Um grande teórico que discutiu a ideologia por meio da linguagem foi Bakhtin (1979). A preocupação dele é a troca de idéias, a comunicação, em outras palavras, é explicar de que maneira, de que meios a comunicação ocorre. Segundo o autor, a linguagem tem um significativo potencial libertador e possui sempre uma função ideológica. “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin, 1979: 81).

Assim, a linguagem não é algo neutro, não é mera representação ela já é a prática social e auxilia a entender o processo histórico. Para Bakhtin, o discurso em si não existe, ele já é interação,

...o ato da fala, ou mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social (Bakhtin, 1979, p. 95).

A linguagem para ele não é algo compartilhado, sem conflito. A linguagem é um espaço contraditório, de disputas.

Cultura, Mídia e Violência

Nesse sentido, após esse percurso enunciativo acerca de cultura e mídia, iremos realizar algumas abordagens relacionais à perspectiva da chamada *cultura da violência*. A violência, sobretudo a urbana, ultimamente ocupa um grande espaço nos meios midiáticos. No entanto, esse crescimento está diretamente relacionado à cultura da violência disseminada, principalmente, pela grande imprensa, escrita ou televisiva. Temos um contexto onde, segundo a historiadora Gizlene Neder (2001) há uma construção de alegorias do terror político através de imagens que difundem o medo e o horror.

As manchetes dos grandes jornais em quantidades significativas demonstram, por meio de um austero sadismo, corpos mutilados, desnudos, num detalhamento inexorável de determinados crimes. É nesse sentido que a palavra violência assume um destaque especial nos meios de comunicação, sendo discutida em grandes proporções pela sociedade. Essas discussões estão diretamente relacionadas com a legitimidade do uso da repressão policial às classes subalternas, haja vista o viés conservador da transição política brasileira pós-64 (Neder, 2001).

Essa cultura da violência é fruto de uma linguagem com forte poder ideológico de controle social. As mídias, por meio de sua “cultura”, com um sensacionalismo significativo, expõem imagens que influenciam grupos sociais e indivíduos, conformando-os (Kellner, 2001). A palavra falada, os livros, são substituídos pelos meios de comunicação. Como grande parte da mídia brasileira é dependente da venda de suas informações e imagens, o apelo a programações com forte teor de violência é expressivo, pois acreditam, por serem canais abertos e folhetins populares, no aumento da audiência, ou seja, no aumento da venda de suas programações. A cultura da mídia, no que se refere à violência, tem forte poder ideológico, pois contribui para a banalização/naturalização da violência e, por conseguinte, na legitimidade de medidas arbitrárias de controle social.

Conclusão

A análise realizada neste texto reduziu-se a explicar as inter-relações entre cultura, mídia e violência. A partir da perspectiva de cultura material adotada neste trabalho, realizamos um percurso que foi de encontro com visões idealistas. Sobre a mídia, então, podemos dizer que por meio do estudo de sua “cultura” (haja vista o seu longo processo de formação que durou anos) a correlacionamos à violência no Brasil e não excluimos a possibilidade de conflito nesse processo e, por isso, acatamos a idéia de uma cultura da mídia da violência.

As manchetes do medo, com forte teor apelativo e sensacionalista contribuem para a formação de indivíduos socializados ao *bel prazer*³ dos meios de comunicação os quais, como dito, cada vez mais substituem as instituições de socialização. As conseqüências desse fato são extremamente nocivas à formação de crianças, na maioria das vezes, sem quaisquer noções acerca de cidadania, contribuindo, ao invés disso, para a manutenção de uma ordem social totalmente desigual e autoritária sob as “ordens” das classes dominantes.

³ Não trabalhamos, entretanto, com a idéia de indivíduos inertes, como simples marionetes, pois as informações são processadas e assimiladas pelos espectadores de maneira individual. No entanto, não nos isentamos de problematizar o forte teor de controle social presente nas mídias, que mesmo não conseguindo realizar seus objetivos, daí a diferença entre opinião pública e publicada, defendem interesses elitistas de manutenção de privilégios.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: HUCITEC, 1979.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia.* São Paulo: EDUSC, 2001.

NEDER, Gizlene. *Absolutismo, controle social e punição ou prato do dia: Bastille à moda brasileira.* In: **Dimensões:** Revista de História da UFES. Vitória, v. 12, n. 12, p. 213-228, jan/jun 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.